

AS RESTRIÇÕES AO COMÉRCIO DE ROUPAS USADAS: PRECONCEITOS E TABUS¹

Ciro Vale²
Tânia Maciel³
Cláudio Cavas⁴

Resumo

A reutilização de roupas é uma prática antiga que vem sendo valorizada nas últimas décadas; no entanto, trata-se de uma atividade que ainda desperta preconceitos. Este estudo exploratório com entrevistas semi-estruturadas, realizadas na cidade mineira de Juiz de Fora com donos de lojas de roupas usadas, com consumidores desse tipo de artigo e com pessoas que não consomem roupas de segunda mão, visou investigar as restrições que ainda há a esse tipo de mercadoria, buscando compreender os estigmas que as fundamentam. A análise do material empírico da pesquisa foi trabalhada através de eixos temáticos, que permitiram o aprofundamento de aspectos fundamentais para a compreensão do fenômeno estudado. As entrevistas revelaram que o desconhecimento da origem das peças de vestuário, o medo de doenças, o medo da morte, a noção de energia e a crença religiosa são aspectos que agem na percepção dos consumidores em relação às roupas de segunda mão.

Palavras-chave: Reutilização. Roupas usadas. Preconceito. Tabu. Juiz de Fora.

Restrictions on the used clothing trade: prejudices and taboos

Abstract

The reuse of clothes is an old practice which has been increasingly valued in the past decades. However, it still faces prejudice. This exploratory study with semi-structured interviews was held in the city of Juiz de Fora, with owners of second-hand stores, as well with consumers and with those who do not consume this kind of clothes, sought to investigate the restrictions that occur with this type of merchandise, trying to understand the underlying stigma. The analysis of the empirical material has been made through themes, which have improved the understanding of fundamental aspects for understanding the phenomenon. The interviews highlighted that ignorance of the origin

¹ Para citar este artigo: VALE, Ciro; MACIEL, Tânia; CAVAS, Cláudio. As restrições ao comércio de roupas usadas: preconceitos e tabus. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v.31, n. 2, p. 29-50, jul/dez, 2016. Disponível em: < <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>>. Acesso em: dia mês, ano. [v. em edição].

² Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: vale.huk@bol.com.br.

³ Pós-doutora pelo L'Institut d'Études Politiques de Paris Sciences Po. Doutora em Sciences de L'éducation - Université de Paris V (Rene Descartes). E-mail: aniabm@gmail.com.

⁴ Doutor em psicossociologia de comunidades e ecologia social pelo EICOS/UFRJ. E-mail: claudiocavas@ig.com.br.

of the products, concern illness and the fear of death, as well as the notion of energy or religious belief are aspects that act in the perception of consumers regarding second-hand clothes. **Keywords:** Recycling. Second-hand clothes. Prejudice. Taboo. Juiz de Fora.

Restricciones al comercio de ropa usada: prejuicios y tabúes

Resumen

La reutilización de ropas es una práctica antigua que ha asumido distintas connotaciones desde las últimas décadas. Sin embargo, todavía enfrenta prejuicios. El presente estudio exploratorio con entrevistas semiestructuradas, o mixtas, realizada en la ciudad de Juiz de Fora, ubicada en el estado de Minas Gerais, con propietarios de ropas de segunda mano, además de consumidores de este tipo de producto y con los que no las usan, buscaba investigar las restricciones que todavía ocurren con este tipo de mercancía, tratando de comprender los estigmas que la fundamentan. El análisis del material empírico ha sido realizado a través de ejes temáticos, que han permitido comprender aspectos fundamentales para la comprensión del fenómeno estudiado. Las entrevistas destacan que el desconocimiento del origen de los productos, la preocupación en contraer enfermedades y el miedo a la muerte, bien como la noción de energía o la creencia religiosa son aspectos que formulan la percepción de los consumidores en relación a utilización de ropas de segunda mano.

Palabras clave: Reutilización. Ropas de segunda mano. Prejuicio. Tabú. Juiz de Fora.

IN PRESS

INTRODUÇÃO

Como explica o sociólogo Zygmunt Bauman (2008, p. 37), o fenômeno do consumo, entendido como utilização do universo material para saciar necessidades físicas e biológicas dos seres, “é um processo inseparável da sobrevivência biológica que nós humanos compartilhamos com todos os organismos vivos”. De fato, pode-se afirmar que o consumo é um processo que tem raízes tão antigas quanto os seres vivos, sendo que as atividades de consumo se mostraram essenciais para a configuração de todas as sociedades humanas, possibilitando tanto a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos quanto formas de relações entre os homens (BAUMAN, 2008). Entretanto, os estudiosos destacam que, em um período recente da história da humanidade, houve a passagem do “consumo” ao que se convencionou chamar “consumismo”. Falar em consumismo implica considerar que o consumo se tornou forma privilegiada de reprodução social. Implica também considerar um tipo específico de consumo marcado pela individualidade e, ainda, pela insaciabilidade (BARBOSA, 2004).

De fato, nunca se consumiu tanto, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Como destacado na obra *Sustentabilidade e Educação: um olhar da ecologia política*, em apenas trinta anos (entre 1970 e 2000), houve uma perda de 35% da biodiversidade do planeta devido à exploração dos recursos naturais por parte do ser humano, e a geração de uma demanda de recursos 25% superior ao que o planeta pode sustentar. (LOUREIRO, 2012) Além disso, como consequência dessa prática, tem-se uma produção de resíduos em proporções cada vez maiores, o que gera um grande problema para os gestores públicos, principalmente no que concerne à disposição final desses materiais. O debate complexo que a questão suscita tem apontado para uma política de três vértices como medida indispensável para se lidar com o problema do descarte de resíduos – uma política que envolva o “reciclar”, o “reutilizar” e o “reduzir”.

Todavia, não é difícil observar que, dentre os três Rs apregoados como pilares da sustentabilidade ambiental no tocante ao descarte de materiais, apenas a prática da reciclagem vem sendo efetivamente incentivada em nossa sociedade, uma vez que as práticas da reutilização e da redução parecem contrastar com a lógica do mercado

produtivista. (EIGENHEER, 2003)

Essa observação torna particularmente interessante uma reflexão sobre o papel do comércio de itens de segunda mão no atual contexto socioambiental. Para nos aprofundarmos nesse tema, propusemo-nos investigar especificamente o comércio de roupas usadas. O problema que orientou nossa pesquisa foram as restrições que há, por parte de consumidores, a esse tipo de comércio, sendo que a hipótese que formulamos para esse problema, a partir de leituras e de visitas preliminares a lojas de roupas usadas, foi a de que haveria restrições inegociáveis de várias naturezas a esse comércio. O objetivo da pesquisa foi identificar que tipos de percepções haveria com relação ao consumo de roupas de segunda mão. Como metodologia, adotamos uma pesquisa bibliográfica sobre a questão da reutilização e também recorremos a um trabalho de campo, no qual realizamos, como técnica de coleta de dados, entrevistas individuais com roteiro semi-estruturado. Tais entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas, para serem analisadas. Quanto à análise do material empírico, trabalhamos com eixos temáticos que permitiram o aprofundamento de aspectos fundamentais para a compreensão do fenômeno estudado.

A PRÁTICA DA REUTILIZAÇÃO

Embora a ideia da reutilização tenha ganhado um destaque maior com a política dos 3Rs na RIO-92, trata-se de uma prática bastante antiga⁵. A reutilização de águas residuais era prática comum na antiguidade, assim como a prática da compostagem. Na Roma antiga, havia a coleta de urina por curtidores, com vistas a preparar peles de animais para a escrita, além de haver recolhimento de fezes para fins agrícolas (EIGENHEER, 2009). Na mesma época, também era uma prática comum que se recolhessem espadas, facas e escudos abandonados no campo de batalha com o objetivo de utilizar o metal na fabricação de novas armas (LATAS, 2014), ou mesmo na construção de monumentos como a famosa estátua grega de Fídias, dedicada à deusa Atenas (EIGENHEER, 2005). Remete a um antigo porto de Roma ainda o curioso fato de terem sido reutilizadas lápides de um cemitério como assentos sanitários na latrina pública local (MATYSZAK; BERRY, 2008).

⁵ No entanto, cumpre destacar que, nesse contexto, a reutilização, diferentemente do que ocorre nos dias atuais, não se relacionava a uma preocupação com a preservação dos recursos naturais, sendo motivada por questões de ordem financeira e de pouca oferta de produtos.

A questão da escassez também pode ser associada à reutilização ocorrida em países como a França. No século XIII, as florestas europeias passaram por um grande processo de devastação e o preço da madeira subiu a tal ponto que no norte da França as famílias mais pobres passaram a alugar caixões para enterrar seus mortos, uma vez que a compra era inviável. Terminada a cerimônia e assim que o defunto era lançado na cova, o caixão era novamente utilizado (GIMPEL, 1977 apud EIGENHEER, 2005).

Deve-se lembrar ainda que a menos de 50 anos não era comum comprar roupas ou outros bens com a facilidade que se tem hoje. Somando-se o fato de que as famílias eram maiores, não raro as roupas eram passadas de geração em geração e havia um sentimento de cuidado tanto com as peças de vestuário quanto com os móveis da casa, por exemplo. Trocas, reparos, reaproveitamento eram práticas correntes e prestigiadas, assim como profissões relacionadas a essas práticas, tais como a de alfaiate, a de costureira, a de sapateiro e a do funileiro. A ideia de não desperdício era constantemente cultivada. E essa prática de reutilização não estava ligada apenas à carência, mas a uma forma de enxergar o mundo que valorizava a durabilidade, a qualidade e a memória (EIGENHEER, 2003).

Quando se lança os olhos em direção à época atual, certamente é preciso reconhecer que a reutilização não desapareceu. Ela ainda ocorre, tanto em âmbito doméstico, quanto em âmbito comercial e vem sendo valorizada por um discurso de viés ecológico que defende, dentre várias práticas, o uso de vasilhames retornáveis, a manutenção de eletrodomésticos para prolongar sua vida útil, o reaproveitamento de peças e a customização de artigos diversos, a venda e a doação de materiais não mais utilizados, o aproveitamento de páginas como rascunho e a utilização de sucata para a confecção de jogos e brinquedos (MARTINS, 2006).

Certamente, como frisa Martins (2006), nem todas as formas de reutilização antigas são passíveis de serem resgatadas atualmente, seja pela falta de tempo, pelos custos ou, ainda, por dificuldades operacionais ou por indisponibilidade de peças para manutenção. Todavia, não é difícil perceber que, mesmo considerando que a reutilização, nos dias de hoje, se dê sob determinadas circunstâncias e a partir de novos métodos e materiais, há uma considerável resistência a tal prática, indicando ser muito complexa a relação do homem atual com o reuso de materiais.

Como já foi mencionado, a reciclagem é um processo muito mais bem aceito do

que a reutilização, apesar de demandar gastos de energia e de poder gerar problemas ambientais, o que, na prática de se reutilizar, pode ocorrer, mas em dimensão comparativamente reduzida. (EIGENHEER, 2005) Mas, afinal, porque não há tanta rejeição à reciclagem como há ao reaproveitamento? Seria a referência à vida pregressa dos objetos mais explícita no reaproveitamento do que na reciclagem?

Com efeito, há muito que ser pesquisado sobre o significado atribuído pelas pessoas atualmente à reutilização de mercadorias, um entendimento que pode envolver, por exemplo, a aceitação comum do reuso de talheres de restaurantes, ou de roupa de cama em hotéis ou motéis, a rejeição da aquisição de uma peça íntima de vestuário que pertenceu a outra pessoa, a aceitação do reuso de uma joia recebida de um familiar e a compra de um móvel antigo reformado ou reestilizado.

Observe-se que, em alguns casos, a reutilização agrega a si uma capa de prestígio enquanto em outros ainda carrega o peso da estigmatização. Um antiquário, por exemplo, abriga produtos de alto valor simbólico e econômico, muitas vezes maior do que o de peças contemporâneas. Isso poderia ser igualmente exemplificado pelo prestígio de uma loja de livros antigos que detenha em seu poder a primeira edição de um clássico da literatura. Sob esse mesmo raciocínio, uma loja de LPs (que perdeu espaço desde a década de 80 para as de fitas cassetes e posteriormente para as de CD) se torna também um local instigante para indivíduos que procuram a apresentação iconográfica de um disco ou que buscam um LP raro de um artista cujo trabalho tenha sido redescoberto.

Por outro lado, a reutilização de determinados bens muitas vezes esbarra em preconceitos (juízos concebidos sem exame crítico) e tabus (proibição da prática de atividades sociais que sejam moral, religiosa ou culturalmente reprováveis). As lojas populares de móveis usados, por exemplo, muitas vezes são vistas como abrigo de produtos ultrapassados, defeituosos, mal conservados ou fora de linha. Entretanto, as lojas especializadas na comercialização de móveis de época conseguem uma aceitação maior por parte do consumidor, devido a fatores como originalidade, durabilidade, raridade e conservação.

Existem, também, em outra categoria, as lojas de móveis especializadas em reformas, que têm a missão de garantir o viço do novo a produtos antigos. Esses espaços atraem os clientes por um discurso que valoriza a durabilidade do material exposto. Todavia, não é difícil observar, por exemplo, que muitas noivas não veem com

bons olhos a perspectiva de iniciarem uma vida matrimonial tendo sua casa mobiliada com móveis velhos.

A reutilização pode ser realizada, pois, a partir de uma enorme variedade de itens, que vão desde móveis, eletrodomésticos, roupas, carros, até a pneus, materiais utilizados na construção civil, águas residuais, dentre outros. Nesse amplo campo, há espaço para a comercialização, aluguel e trocas dos produtos, procedimentos que implicam diferentes significados para o ato de se reutilizar.

Muitas pessoas, por exemplo, se permitem alugar um filme usado em uma locadora, mas a compra do mesmo em uma loja específica já não é visto com simpatia. Segundo essa mesma percepção, a compra de um livro em um sebo se mostra desestimulante, em virtude de vários aspectos, tais como o cheiro do velho, o mofo ou o próprio desejo em ser o primeiro detentor de certa obra. Por outro lado, para muitos, há razões suficientes para se adquirir livros, filmes, CDs e vinis em lojas usadas, por motivos que variam desde o econômico, até a vontade da descoberta de novas obras e a memória contida nesse acervo. Esse comportamento é comprovado quando verificamos, por exemplo, a existência de feiras e lojas que reúnem fãs de LPs em São Paulo (FEIRAS, 2013).

Note-se ainda que outros fatores podem interferir na percepção que se tem sobre a prática da reutilização. O processo da customização, por exemplo, que aposta na modificação de peças de roupas por seus donos através de recortes, costuras, tingimentos ou aplicações com o intuito de torná-las diferentes e exclusivas possui boa aceitação, talvez por distanciar o indivíduo da visão do produto original. Além disso, no atual momento de críticas ao modelo econômico vigente, é inegável que o discurso da reutilização de materiais vem despertando interesse dos artistas (interessados em apresentar outras possibilidades de visão de mundo), da classe empresarial (que já se atentou para o fato de que o desempenho de suas vendas junto ao consumidor pode estar intimamente associado às suas práticas socioambientais) e do cidadão comum (interessado em fazer economia ou em se posicionar politicamente através do que consome).

Muito daquilo do que antes era visto como lixo se transformou em arte e o reaproveitamento de materiais pôde representar um ganho extra às famílias e uma possibilidade de compra com vantagens financeiras. A reutilização, ainda, por seu apelo

ambiental, vem obtendo prestígio na área da decoração e da construção civil (REUTILIZAÇÃO, 2014).

A reutilização de garrafas *pet* apareceria também como alternativa socioambiental para a fabricação de móveis (CORRÊA, 2010). No entanto, cumpre observar que a aceitação de móveis e mesmo brinquedos de *pet* é muito pequena, o que se deve à facilidade e ao baixo preço de móveis populares e brinquedos.

Outra prática de reutilização não menos importante é a de pneus. Vários fatores poderiam ser elencados para o fortalecimento dessa prática. Um deles e talvez o mais importante seria a tentativa de se adiar o descarte desse material. Segundo dados do Instituto Akatu, as estimativas são de que 30 milhões de pneus são jogados fora por ano no país (BRASIL, 2014). Reutilizando-os, se aumentaria substancialmente sua vida útil, se contribuiria para evitar o desperdício e se diminuiria o acúmulo desse material nas ruas e nos aterros sanitários. Na contramão desse descarte, existem hoje algumas iniciativas que tentam, através do trabalho em oficinas, a transformação de pneus em bancos, cadeiras, poltronas, trabalhos que trazem agregados à inclusão social o fortalecimento da educação ambiental e a transformação daquilo visto num primeiro momento como lixo em arte (PROJETO, 2004). Existem também estudos e iniciativas que apostam na utilização de pneus inservíveis, tais como projetos de obras de drenagem, de muros de contenção, de construção de barragens, de contenção de erosão do solo, de reforços de aterros, de galerias de águas pluviais, dentre outros (ANDRADE, 2007).

Quanto ao reuso da água, existem alternativas que vão desde o uso doméstico (captação da água da chuva) ao uso industrial, como o projeto Aquapolo, o maior projeto de água de reuso da América Latina. Uma parceria da Sabesp, a companhia de águas e esgoto de São Paulo, com a iniciativa privada, o projeto distribui água de reuso para 10 fábricas da região do ABC, gerando uma economia de água potável equivalente ao consumo diário de uma cidade com 500 mil habitantes (TRIGUEIRO, 2014).

Os exemplos acima citados dão uma ideia do quão diversificado, amplo e complexo é o universo da reutilização. Ele abrange práticas de reuso e de transformação e também pode remeter tanto à memória quanto à ressignificação. Associado à questão econômica, pode-se perceber que esta não o esgota: seu significado aponta igualmente para o âmbito social e simbólico. Entre a atração e a repulsa, muitas nuances podem ser percebidas na prática de se reutilizar. Investigar o imaginário que cerca tal prática é uma

tarefa que tem muito a revelar.

Este artigo surge de uma investigação a partir do tema da reutilização. Interessou-nos investigá-lo, tendo por base o comércio de roupas usadas. O foco de nossa pesquisa são as restrições a esse tipo de atividade, impedimentos que existem em tal comércio, a despeito do apelo do discurso ambientalista, como já dito na introdução deste artigo.

A escolha pelo comércio de roupas usadas, em um universo tão amplo quanto o da reutilização, justifica-se por vários motivos. Primeiramente, trata-se de um comércio que foi desprestigiado nas últimas décadas no Brasil, mas que vem se fortalecendo nos últimos anos. O crescimento, no Brasil, do mercado de venda de artigos usados (que engloba roupas, calçados e móveis), foi estimado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) em 23% no período compreendido entre janeiro de 2013 e maio de 2015. (BRECHÓS GARANTEM, 2015) Além disso, a questão da vestimenta é uma questão muito interessante, pois envolve a noção de corpo, e também a noção de fragilidade, uma vez que o desgaste da roupa acontece em um espaço de tempo bem menor do que o desgaste de outros bens de consumo de maior durabilidade. Considerando ainda que as tendências de moda promovem exigências de atualização extremamente constantes, o que provocaria diálogos interessantes com o vestuário do passado, a área do vestuário também dá mostras de ser um campo de negociações especialmente frequentes entre o tempo pretérito e o presente, de forma que a ideia de reutilização de roupas, em tese, encontraria grandes resistências para ocorrer.

METODOLOGIA

Este estudo foi realizado em estabelecimentos comerciais de roupas de segunda mão, situados na cidade mineira de Juiz de Fora. A escolha por essa cidade deveu-se ao fato de que, apesar de ela abrigar em torno de 50 estabelecimentos do tipo (localizados nas áreas centrais e nas áreas periféricas de seu tecido urbano), muitos proprietários dessas lojas reclamam da resistência da população local em adquirir roupas usadas, como pode ser observado na entrevista concedida em 23 de agosto de 2015 pela proprietária do brechó Mistura Fina, um dos mais antigos de Juiz de Fora:

(...) Tem pessoas que passam na rua com roupa maltrapilha e muitas vezes a mãe fala para a filha tirar a mão que isso é roupa de defunto (...) Antigamente quem comprava falava que era pra empregada (...) Eu faço a cabeça das pessoas que têm preconceito (...) O povo de Juiz de Fora, meu Deus! Como pode?! (...)

A técnica de coleta de dados foi a realização de entrevistas individuais. As nove entrevistas⁶ foram elaboradas a partir do método da pesquisa qualitativa. A escolha por essa metodologia refletiu nosso interesse de que houvesse uma maior interação entre o pesquisador e os indivíduos pesquisados e também por acreditarmos que os dados qualitativos podem descrever com maior riqueza de detalhes determinadas situações, bem como podem favorecer a interpretação em profundidade dos fenômenos observados, tendo como objetivo a compreensão do sujeito (GOLDENBERG, 2011). As referidas entrevistas partiram de um roteiro semi-estruturado, que versava sobre impressões, motivações e/ou restrições ao consumo de roupas usadas. As respostas dos entrevistados foram gravadas e, posteriormente, transcritas, para que fossem analisadas.

Entrevistamos homens e mulheres, de classes sociais diversas, que professam a religião católica, espírita ou evangélica, e que possuem a escolaridade fundamental, média ou superior. Vale ressaltar que atribuímos a eles nomes fictícios, com a finalidade de preservar as suas identidades. São eles:

Quadro 1: Entrevistas da pesquisa

Entrevistados/ Classificação	Idade	Escolaridade	Religião
Maria/ dona de loja	50	Ensino médio	Católica
Cecília/ dona de loja	45	Ensino médio	Católica
Joana/dona de loja	60	Ensino médio	Católica
Gabi/ consumidora	35	Ensino superior	Espírita
José/ consumidor	30	Ensino médio	Evangélica
Paula/ consumidora	27	Ensino médio	Evangélica
Sílvio/ não consumidor	78	Ensino superior	Católica
Cláudia/ consumidora não	37	Ensino médio	Católica
Simone/ consumidora não	32	Ensino superior	Católica

FONTE: Elaboração própria.

As entrevistas tiveram duração de, aproximadamente, 40 minutos e foram realizadas entre os meses de julho e setembro de 2014. Dessas, três foram feitas com

⁶ O número reduzido de entrevistas justifica-se por se tratar de uma pesquisa qualitativa, que objetiva o aprofundamento dos tópicos que emergem das respostas dos entrevistados, sem visar a uma generalização das conclusões do fenômeno estudado.

Volume 31, número 2, julho/dezembro 2016

donos de lojas de roupas usadas, situadas nas zonas central, sul e oeste da cidade. Outras três, realizadas com consumidores de roupas de segunda mão e ocorreram em estabelecimentos que comercializam artigos usados situados nas zonas norte, sudeste e nordeste. Finalmente, entrevistamos três consumidores que declararam não utilizar roupas usadas. A abordagem a eles ocorreu na porta dos estabelecimentos que vendem exclusivamente artigos novos. Com estes, as entrevistas aconteceram em um café na região central, próximo aos locais onde foram abordados.

Concluídas as entrevistas, identificamos que alguns aspectos concernentes à restrição em relação ao uso de roupas usadas foram mencionados espontaneamente em falas de mais de um entrevistado. Esses elementos tornaram-se, então, categorias, que passaram a ser analisadas mais atentamente. Destaque-se que, na análise dessas categorias, reportar-nos-emos às falas dos entrevistados e que estes serão diferenciados através de uma abreviatura que os identifique como donos de loja (dn.), compradores (comp.) e não compradores (ncomp.).

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A primeira categoria que identificamos a partir das colocações de Simone, Gabi, Sílvio, Cláudia e Maria, foi relacionada à MORTE. Simone (ncomp.) afirmou categoricamente não consumir roupa de brechó por temer adquirir uma peça de alguém já falecido. Esse medo, segundo ela, decorreria da perspectiva de o espírito do morto voltar à Terra para assombrar os vivos, atraído pela peça de vestimenta que lhe pertenceu. Entretanto, o medo da morte muitas vezes não encontra uma explicação tão clara quanto a da entrevistada. Essa dificuldade em saber explicar racionalmente a situação emerge da fala do entrevistado Sílvio (n comp.), que também possui restrições em relação a roupas usadas, restrições essas que, segundo ele, decorrem de um medo inexplicável do sobrenatural. Completa Maria (dn.) que esse medo seria decorrente de superstição.

De fato, a roupa que foi vestida por uma pessoa que já faleceu, como podemos depreender das respostas acima, pode ser relacionada à percepção da degenerescência do corpo físico e da transitoriedade da vida que, segundo Ariès (1977), tanto incomodam a sociedade contemporânea.

Entre a Idade Média e meados do século XVIII, aproximadamente, predominou, no Ocidente católico, uma relação de proximidade entre vivos e mortos. Nesse período, a morte era esperada no leito, constituindo-se em uma cerimônia pública e os cemitérios eram espaços onde ocorriam festas populares, carnavais, encontros e jogos. (ARIÈS, 1977) Com a modernização das cidades, houve uma extinção progressiva da tradição cristã de se enterrarem os mortos nas igrejas ou no entorno delas. Essa nova postura coincide com as mudanças, ocorridas no fim do século XVIII, como decorrência das concepções iluministas, do racionalismo, da laicização das relações sociais e da secularização da vida cotidiana. (ARIÈS, 1977) A partir desse momento, como observa Philippe Ariès (1977, p. 91), a morte passou a ser considerada uma ruptura “terrível da familiaridade cotidiana”, e o medo da morte passou a ser um sentimento frequente nas sociedades ocidentais, reforçado pela crescente medicalização da morte.

Veja-se o exemplo dos cemitérios. Muitas pessoas associam às áreas cemiteriais sentimentos de mal-estar e de receio. Muitos, por exemplo, trocam de roupa ao voltarem do cemitério e o ritual de se velarem os mortos em casa, que foi uma prática comum em gerações passadas, tornou-se, nos dias de hoje, algo praticamente extinto. (VALE, 2007) Morar perto do cemitério, para a maioria das pessoas, é algo igualmente indesejável, uma vez que a presença da morte aciona, no imaginário desses indivíduos, “o medo de assombração, alma penada, energia negativa concentrada e outros de ordem física e metafísica” (REZENDE, 2006, p. 147). Dessa mesma forma, a roupa usada de alguém que já morreu pode remeter à fragilidade da vida humana, apesar das práticas e discursos da modernidade.

Vale ressaltar, todavia, que o valor afetivo pode funcionar como elemento neutralizador da aversão à morte que pode ser associada à percepção da roupa usada. Para Gabi (comp.), o uso de uma peça usada pertencente a um familiar já falecido enaltece ainda mais a lembrança desse ente, funcionando como uma homenagem póstuma.

Na verdade, tal uso poderia significar muito mais, como revela Peter Stallybrass, em sua obra *O casaco de Marx*. Segundo ele, haveria uma mágica das roupas, que consistiria em seu poder de “receber” o indivíduo de forma particularmente intensa: a roupa receberia seu cheiro, seu suor, até mesmo os contornos de seu corpo, de forma a se tornar um tipo forte de memória: “Quando uma pessoa está ausente ou morre, a roupa absorve sua presença ausente” (STALLYBRASS, 2012, p.10). Trata-se de uma forma

Volume 31, número 2, julho/dezembro 2016

tão intensa de memória que, continua Stallybrass, “na transferência de roupas, as identidades são transferidas” (STALYBRASS, 2012, p. 30).

Houve, porém, entrevistados que declararam que não utilizariam a roupa de um ente próximo já morto, embora pudessem manter algum outro pertence dele. Sílvio (ncomp.), por exemplo, revela ter conservado para si um quadro e um relógio de parede que haviam pertencido ao seu genitor. Segundo ele, a memória de seu pai se torna mais viva com a presença de tal objeto. Encontramos, porém, uma resposta diferente. Cláudia (ncomp.) nos diz que o melhor é se afastar de roupas ou objetos pertencentes a familiares falecidos, uma vez que recorrer a eles, “seria mexer numa casca de ferida, que por mais cuidado e tratamento, nunca teria cicatrização completa. Melhor imobilizar o ferimento, para que não corra o risco de contaminar outras partes que já estariam com a dor estancada”.

Simone (ncomp.), por sua vez, afirma não se permitir consumir roupas usadas em brechós, revela usar roupas de parentes próximos. Porém, se a roupa for oriunda da morte de tal familiar, a chance se torna nula. Em seu entendimento, não seria correto utilizar algo que não lhe pertence, ainda mais sem a permissão de seu dono. Sob uma ótica racionalista, essa entrevistada estaria incorrendo numa incongruência quando afirma que a roupa pertence ainda à pessoa que morreu. Na falta material do sujeito, seus bens são naturalmente repartidos entre os familiares e, na falta desses, algo será feito para que alguém ou alguma instituição os receba. Mas, mesmo assim, a entrevistada enxerga essa ação como um ato de usurpação, uma afronta ao desejo do morto, algo que não surgiu a partir de um planejamento.

A segunda categoria que pode ser associada ao universo das roupas usadas, pela forma sistemática como apareceu em nossa pesquisa, é referente à DOENÇA. Neste contexto, Sílvio (ncomp.) e Simone (ncomp) declararam que não usariam peças de segunda mão, pois tais roupas podem ter pertencido a pessoas infectadas com doenças contagiosas, tais como a AIDS e a tuberculose. Chamou-nos atenção o fato de que, apesar de não termos escolhido nenhum grupo específico para nossa pesquisa e os entrevistados apresentarem graus variados de escolaridade, suas respostas em relação a esse tema se pautaram em receios baseados numa imprecisão de argumentos, no desconhecimento de como se dá a transmissão de certas doenças e em tabus, como demonstra a fala a seguir, da entrevistada Paula (cons.):

Compraria sapato, mas depende do sapato. Um sapato fechado, um tênis, uma bota, eu acho que não é legal, não. Pé... Fico com medo de pegar alguma coisa, uma micose. Tem sapatos que a gente não pode lavar. Dependendo do material que ele é feito, você não pode lavar, só limpar, como camurça. Eu poderia pegar o cheiro do pé de alguém. (...)

A visão sustentada culturalmente de que a roupa usada comercializada em bazares e brechós é fonte de doenças revela uma semelhança com três interpretações antigas que já tentaram explicar a origem das doenças infecciosas e que também se pautaram na incompreensão do fenômeno de transmissão das doenças.

Uma dessas teorias, conhecida como Demoníaca, que vigorou há alguns milhares de anos, atribuía as doenças aos maus espíritos (MORAES, 1991 apud ZANON, 2000). Assim sendo, não impressionaria o fato de que o controle sobre elas se daria a partir de práticas como o exorcismo e as orações. Com relação às roupas, poder-se-ia dizer que o exorcismo se daria a partir do extermínio das vestes daqueles já falecidos, por meio do descarte nas latas de lixo. Curioso perceber a fala de Maria (dn.), que afirmou conhecer pessoas que não doam e nem comercializam roupas de entes que morreram acometidos de alguma doença, mas que se desfazem delas recorrendo aos depósitos de lixo. Apesar de a Teoria Demoníaca remontar a dois milênios, percebe-se ainda sua presença em nosso cotidiano.

Outra interpretação que promoveu a associação roupa-doença foi a Teoria Divina. O Antigo Testamento apresenta as seguintes passagens: “Pois eu já poderia ter estendido a mão para te ferir, a ti e a teu povo com pestilência (ÊXODO 9:15); “e então, quando vos ajuntares nas vossas cidades, enviarei a pestilência ao vosso meio (LEVÍTICO 26:25). Esses relatos bíblicos, para muitos, representariam uma resposta divina a alguns comportamentos mundanos do ser humano (MORAES, 1991 apud ZANON, 2000). Na atualidade, inclusive, doenças como a AIDS foram associadas ao homossexualismo e a um conseqüente castigo divino. Esse medo em nada se sustenta, pois sabe-se comprovadamente pela ciência que não há sobrevivência do vírus HIV fora do organismo humano. Segundo o Departamento de Infecções Sexualmente Transmissíveis, AIDS e Hepatites Virais, o vírus da AIDS sobrevive em torno de uma hora fora do organismo humano. Além disso, os agentes físicos (calor) e químicos (como a água sanitária e o álcool) fazem com que o vírus rapidamente se torne inativo (DÚVIDAS, 2016)

A terceira interpretação que implicou restrições ao consumo de roupas usadas é a Teoria Astro-Miasmática, que remonta à civilização caldeia e ao início da Era Moderna. Essa teoria baseava-se na ideia de que as doenças, além da conjunção de corpos celestes, deviam-se às emanações originadas principalmente de mangues e lixões. Acreditava-se que a elevada incidência de doenças nas pessoas que viviam próximas a tais áreas eram derivadas dos gases ali gerados. O próprio nome Malária surgiria daí, significando “mau ar”. Para conter as epidemias, era sugerido que se acendessem grandes fogueiras ou então que se purificasse o ar, disparando tiros de canhões (MORAES, 1991 apud ZANON, 2000). Apesar de essa teoria ter vigorado somente até o fim do século XIX e posteriormente ter sido refutada por Pasteur, indiretamente pode ser encontrada nos dias atuais. Da mesma forma que instituições respeitadas como o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) recomendam a incineração de lixo para evitar a reprodução de doenças infecciosas, há no imaginário popular a associação entre roupas usadas e lixo, tanto que muitas pessoas ainda praticam a queima de roupas de entes já falecidos, especialmente se o morto apresentava alguma doença infectocontagiosa.

Simone (ncomp.) citou a tuberculose como uma doença impeditiva para o uso de roupa usada. O medo da transmissão de tal doença por meio das roupas não possui amparo científico: já que a tuberculose é uma doença contagiosa transmitida por via aérea, a roupa não teria nenhum papel em sua disseminação. Há, na verdade, uma confusão no tocante à transmissão de certas doenças e o próprio temor da morte, arraigado a tabus históricos (SUA, 2014). Importante salientar que as respostas de Sílvio (ncomp.) e Simone (ncomp.) fizeram referências apenas a doenças que remetiam à morte, seja em séculos passados (vide a tuberculose), seja na época atual (no caso da AIDS), o que demonstra que a morte é causadora de impactos psicológicos.

Não se pode, todavia, desconsiderar que as roupas podem transmitir determinadas enfermidades. Particularmente, as roupas usadas, quando não há uma higienização adequada, podem transmitir desde ácaros, piolhos e sarna (vetores de transmissão de doenças) até patologias como gonorreia (ROUPAS, 2014). O curioso, entretanto, é que as roupas usadas são geralmente as únicas associadas às afecções, pois o cheiro impregnado do novo, dentre outros aspectos, nas roupas ainda virgens (apesar de poderem ter sido experimentadas por várias pessoas, inclusive doentes) faz com que

as doenças desapareçam de nosso imaginário.

Entretanto, embora não seja muito divulgado pela mídia em geral, as roupas novas podem causar doenças, a partir dos tecidos sintéticos e da química empregada em sua fabricação. De fato, algumas substâncias tal como o formaldeído (utilizado para engomar roupas) podem gerar problemas de pele, desde eczemas até urticária de contato (DIAS, 2014).

Apesar disso, pode-se notar que a preocupação com a higienização das roupas usadas ainda é maior do que a preocupação com a higienização das roupas novas. Esse processo pode, logicamente, quando executado, coibir a transmissão de microorganismos. Todavia, é importante ressaltar, a partir das entrevistas, que, ao mesmo tempo em que a água possui um efeito higienizador, é também vista como um elemento purificador, pois, para muitos, a utilização da água na roupa teria a capacidade de remover também a “sujeira espiritual” das peças. A água teria o poder de eliminar não apenas os odores e manchas presentes na roupa usada, mas também o poder de purificá-la do pecado e torná-la uma peça rediviva. Realmente, o poder simbólico da água como elemento salvador aparece em inúmeras passagens bíblicas como na seguinte rogativa de Davi: “Lava-me completamente da minha iniquidade e purifica-me do meu pecado” (SALMOS 51:27). Ele também pode ser entrevisto em outro testemunho bíblico, quando Deus, através do grande Dilúvio, varreu a Terra não com fogo, mas com água (GÊNESIS 6:9). Em última análise, a água na roupa usada teria, além de um efeito higienizador, um apelo purificador.

Cumprir perceber, no entanto, que a água não é, muitas vezes, suficiente para livrar as peças íntimas do caráter de intransferibilidade que lhe atribuem as pessoas em geral. Segundo Simone (n.comp), suas calcinhas usadas não são comercializadas mesmo que higienizadas e têm como destino último a queima, o que para ela é um ritual sagrado, ensinado pela mãe. O porquê dessa queima a entrevistada não soube bem explicar. Para Paula (comp.), o ritual de desapego da roupa íntima é um processo mais detalhado: a peça é enrolada num papel e jogada na lixeira do banheiro, depois de picada por uma tesoura. A entrevistada diz também conhecer técnica similar, que consiste em se atirar diretamente a peça íntima no lixo comum, desde que ela seja antes picada, para que não corra nenhum risco de que outra pessoa dela faça uso. No texto “Livrando-se de calcinhas um pouco velhas”, a autora Sibéria Menezes vai ao encontro das respostas de nossas entrevistadas:

(...) Eu também tive a minha hora de confessar o que costumava fazer com as calcinhas (...) Eis algumas formas: enrolar num papel e jogá-la na lixeira do banheiro, picar de tesoura e amarrar num saquinho, depositando-a depois no lixo comum, amarrar para depois colocar na lixeira do banheiro, lavar antes de jogar fora, atirar diretamente na lixeira do banheiro, mas colocando algum disfarce por cima... gente! Tanta técnica prá separar-se da calcinha-um-pouco-velha que fiquei impressionada. Sou capaz de dizer que existem muito mais técnicas para isto “do que julga a nossa vã filosofia” (...)

De roupas a gente se desfaz numa boa (...) mas das calcinhas não, elas são sagradas. Elas carregam a nossa inteira personalidade e intimidade e história. Elas são capazes de dizer quase tudo sobre nós. E se são velhas, o negócio se complica – é como se toda a nossa volúpia tivesse acabado, estivesse assim como a calcinha, que jaz morta, gasta, frouxa, sofrida (...) Jogar fora calcinhas-um-pouco-velhas será sempre um horror, algo que faremos de tudo para não visualizar, por isso as enrolamos, as escondemos, disfarçamos das mais variadas formas para não vermos a nossa intimidade rolando por aí e para mal disfarçar a nossa separação delas (MENEZES, 2014).

Assim como a água funciona como um elemento de higienização e purificação para as roupas usadas e o fogo funciona como um elemento de exorcismo, principalmente, das roupas íntimas, outra substância utilizada na purificação das roupas de segunda mão é o sal grosso. Alguns donos de brechós (Maria e Cecília) e um consumidor de roupas usadas (José) disseram utilizar em algumas peças consideradas por eles como “pesadas” esse elemento milenar.

O sal vem servindo como elemento cultural desde a antiguidade. O povo assírio o utilizava nos cultos. Os judeus também utilizavam o sal como elemento simbólico. É narrado no Antigo Testamento a caso de uma mulher transformada em sal por forças divinas ao tentar fugir de Sodoma e Gomorra. Esse elemento químico também representou para o povo hebreu purificação para sua aliança com Deus. A Igreja Católica Romana também utilizou o sal no seu ritual de batismo. Já na Idade Média, o sal foi associado a malefícios, e o ato de se desperdiçar era visto como mau agouro. No caso do Brasil, o sal passou a ter um protagonismo na sentença de Tiradentes, em fins do século XVIII. O judiciário português determinou que o terreno da casa do inconfidente fosse salgado para que no local nada mais lá pudesse nascer. (CHEMELLO, 2005)

A purificação que as pessoas buscam conseguir através do sal grosso é, segundo afirmam os entrevistados, a dissipação das energias negativas encontradas nas roupas

usadas. Há uma fala interessante de José (comp.) segundo a qual não haveria problema algum em usar roupa usada, mesmo que se tratasse de roupa de alguém falecido. Entretanto, ele revela que já se pegou utilizando sal grosso em uma roupa usada que, segundo ele, possuía uma energia que o incomodava. Cecília (dn.) disse sentir o “peso” que algumas peças carregam e que, por isso, procura o quanto antes, mesmo depois dos rituais de purificação com o sal, se desfazer dessas peças rapidamente. Revela, inclusive, que já vendeu algumas peças por praticamente o mesmo valor pelo qual as adquiriu, devido à energia que elas possuíam. José (comp.), por sua vez, revela um ritual bem mais detalhado:

Tudo tem uma energia, tem uma força, um pensamento. A pessoa às vezes morreu e não desapareceu da roupa. Cada um tem seu ritual. No meu caso, eu lavo, depois passo anil, lavo no manjerição branco, uso sabão da Costa. Tudo isso pra tirar o negativo e positivar a roupa. A roupa nova, não, mas a usada. A gente não sabe quem usou, o que foi feito.

Eis a terceira categoria que identificamos em relação ao tema “consumo de roupas usadas”: a ENERGIA. Geralmente as respostas que associaram energia às roupas usadas referiam-se a roupas de pessoas já falecidas. Interessante, porém, a resposta de Joana (dn). Para ela, a energia da roupa não provém somente dos mortos, mas também dos vivos.

No entanto, uma imprecisão da definição do que seria tal energia perpassa as entrevistas que fizemos. Para uns, a energia estaria relacionada a sentimentos do antigo dono das roupas, tais como raiva, mágoa, melancolia, inveja. Para outros, ela estaria ligada ao caráter do indivíduo. Note-se que, nos dois casos acima mencionados, os entrevistados referem-se a uma energia com conotação negativa – uma energia pessoal que gera repulsa em relação à roupa de segunda mão e ficaria armazenada nos objetos por um tempo indeterminado. Somente Gabi (comp.) mencionou a possibilidade de a roupa usada transmitir energia positiva, ao relatar a aquisição que fizera, em uma exposição, de um vestido que pertencera a Elba Ramalho, cantora por quem tinha uma particular admiração.

Vale ressaltar, entretanto, que a crença religiosa pode estabelecer outras compreensões com relação à energia que possibilitam relações distintas com as roupas usadas. Para Joana (dn.), que entende a energia como sendo algo inerente aos mortos e aos vivos, a compreensão é de que a roupa é apenas uma veste para a proteção do corpo

físico. Em seu entendimento, qualquer energia maléfica que porventura pudesse existir na roupa seria neutralizada pelo equilíbrio psíquico-espiritual da pessoa que se permitiu usar tal veste. Paula (comp.), por sua vez, afirma que, em princípio, não possui nenhuma restrição em utilizar roupas de pessoas falecidas, pois sua religião funcionaria como um “escudo” para neutralizar qualquer energia negativa que a roupa contivesse. Em seu entendimento, haveria um campo de batalha eterno entre o bem e mal, no qual ela mesma seria uma serva de Deus dotada de força necessária para resistir a qualquer ataque satânico dirigido a partir da roupa. Em contrapartida, quando perguntada se usaria uma veste procedente de alguém ainda vivo que professasse uma crença relacionada à umbanda ou ao candomblé, nossa entrevistada hesitou. Afirmou que não teria nenhum problema em vestir uma peça de alguém que tivesse cometido um assassinato, por exemplo, mas não se permitiria associar seu corpo a uma veste de uma pessoa que professasse uma crença que, no seu entendimento, tivesse associação com Satanás.

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS E CONCLUSÕES

A análise das entrevistas realizadas revelou que ainda há restrições ao comércio de roupas de segunda mão e que elas se relacionam ao desconhecimento da origem das peças, o que desperta, nos entrevistados, sentimentos de várias naturezas: o medo da morte, o medo das doenças, o medo de energia negativa e restrições religiosas. Esses preconceitos, em um primeiro momento, poderiam ser vistos como impedimentos definitivos para o comércio que promove a reutilização de roupas.

Entretanto, a abordagem qualitativa que propusemos como metodologia para as entrevistas permitiu que observássemos que há inúmeros fatores envolvidos na percepção que os indivíduos têm sobre roupas de segunda mão e também que os consumidores conseguem, muitas vezes, a partir de suas vivências pessoais, familiares, afetivas e religiosas, vencer as restrições que possuem à aquisição desse tipo de peça. O que ocorre, em muitos casos, é que o comportamento do consumidor acaba sendo regido por negociações entre motivações e restrições a tal tipo de consumo, negociações essas que podem permitir que as pessoas possam consumir roupas usadas, a despeito dos preconceitos que possuam. As dificuldades financeiras ou o interesse por peças

exclusivas ou de qualidade a baixo custo muitas vezes se sobrepõem às restrições à compra e acabam sendo possibilitados por rituais de despojamento da identidade anterior da roupa (a lavagem, por exemplo), por crenças religiosas ou pelo uso do desconhecimento da origem como fator positivo e não negativo.

A partir dessas observações, é possível vislumbrar a possibilidade de aumento do número de consumidores de roupas usadas. Nesse processo, a influência da mídia mostra-se relevante (seja na divulgação do comércio de roupas usadas, seja na valorização da prática da reutilização) bem como a mediação da internet (como mostra o sucesso dos brechós virtuais). Enfocando especificamente a realidade brasileira atual, marcada pela crise econômica, podemos visualizar um aumento desse tipo e comércio para os próximos anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação sobre as restrições ao comércio de roupas usadas nos aponta para alguns tópicos recorrentes que devem ser aprofundados em momento posterior. Com efeito, o desconhecimento da origem das peças de vestuário, medo de doenças e medo da morte, energia e religiosidade são somente alguns dos aspectos que agem diretamente na percepção dos consumidores em relação às roupas de segunda mão, portanto, outros fatores devem ser investigados e interpretados, com vistas a se tentar compreender as representações que estão envolvidas na compreensão das práticas de reutilização de roupas.

Este trabalho dá pistas do quão complexa é a percepção da prática da reutilização de peças de vestuário na época atual e dá margem a várias outras questões. Como as motivações para a compra de roupas de segunda mão poderiam neutralizar as restrições ao consumo desse tipo de item ou com ele entrar em negociação? A relação das pessoas com as roupas usadas na época contemporânea revelaria a manutenção de uma sacralidade em um mundo tecnológico, pretensamente racionalista? Trata-se, portanto, de um campo de estudo que muito ainda têm de ser explorado.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Hered de Souza. (2007). **Pneus inservíveis: alternativas possíveis de reutilização.** Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). Florianópolis:

Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina.

ARIÈS, Philippe. (1977). **História da morte no Ocidente**: da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Francisco Alves .

BARBOSA, Lívia. (2004). **Sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BAUMAN, Zygmunt. (2008). **Vida para o consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar .

BÍBLIA. Português (1980). **Bíblia Sagrada**. Rio de Janeiro: Delta.

BRASIL obtém autorização para proibir importação de pneu usado. Disponível em: <http://www.akatu.org.br/Homolog/Temas/Sustentabilidade/Posts> Acesso em: 07 mai. 2014.

BRECHÓS GARANTEM bons negócios, aponta Sebrae. Pequenas Empresas, Grandes Negócios. 2015. Disponível em: <http://revistapegn.globo.com/Dia-a-dia/noticia/2015/07/brechos-garantem-bons-negocios-aponta-sebrae.html>. Acesso em: 03 jan. 2016.

CHEMELLO, Emiliano. (2005). **A química na cozinha apresenta**: o Sal. Revista Eletrônica ZOOM da Editora Cia da Escola – São Paulo, ano 6, nº 3.

CORRÊA, Rony Felipe Marcelino. (2010) Reutilização de garrafas pet para produção de móveis e desenvolvimento socioambiental. Disponível em http://www.fmpfm.edu.br/intercienciaesociedade/colecao/impressa/v1_n1/reutilizacao_de_garrafas.pdf. Acesso em: 27 abr. 2014.

DIAS, Fernanda. O risco por trás das roupas. Disponível em: <http://opiniaoenoticia.com.br> Acesso em: 05 out. 2014.

DÚVIDAS frequentes. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pagina/duvidas-frequentes>. Acesso em: 01 dez. 2016.

EIGENHEER, Emílio Maciel. (2009). **A história do lixo**: a limpeza urbana através dos tempos. Porto Alegre [s.n.].

_____ et al. (2005). **Reciclagem**: mito e realidade. Rio de Janeiro: In- Fólio.

_____. (2003). **Lixo, vanitas e morte**: considerações de um observador de resíduos. Niterói: EdUFF.

FEIRAS e lojas reúnem fãs de LPs. Disponível em: <http://guia.folha.uol.com.br/passeios> Acesso em 05 nov. 2014.

GOLDENBERG, Mirian. (2011). **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa

qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record.

LATAS de aço. CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem. Disponível em: http://www.cempre.org.br/ft_latas_aco.php Acesso em: 21 abr. 2014.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. (2012). **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política**. São Paulo: Cortez.

MARTINS, Vanda Buzgaib. (2006). **Reutilizar** – nova proposta ou retorno (in)viável a práticas antigas? 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). Niterói: Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense.

MATYSZAK, Philip; BERRY, Joanne. (2008). **Lives of the romans**. Londres: Thames & Hudson.

MENEZES, Sibéria de. Livrando-se de calcinhas um pouco velhas. Disponível em: <http://entrepalavrasecoisas.blogspot.com.br> Acesso em 01 out.2014.

PROJETO Arte em Pneus, 2004. Disponível em <http://www.amazoniadventure.com> Acesso em 05 mai. 2014.

REUTILIZAÇÃO de caixotes. Disponível em: <http://facavocemesmohms.blogspot.com.br> Acesso em: 04 mai. 2014.

REZENDE, Eduardo Coelho Morgado. (2006). **O céu aberto na terra: uma leitura dos cemitérios de São Paulo na geografia urbana**. São Paulo: Nectropolis.

ROUPAS usadas podem transmitir sarna e gonorreia. 2014. Disponível em: <http://www.internacional.estadao.com.br>. Acesso em: 05 dez. 2016.

STALLYBRASS, Peter. (2012). **O casaco de Marx: roupas, memória, dor**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, .

SUA saúde. Disponível em <http://www.hgb.rj.saude.gov.br/saude/tuberculose.asp> Acesso em 05 out. 2014.

TRIGUEIRO, André. Empresas tratam esgoto e conseguem reutilizar a água. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2014/09/empresas-tratam-egoto-e-conseguem-reutilizar-agua.html>. Acesso em 02 out. 2014.

VALE, Ciro de Sousa. (2007). **Custos ambientais, sociais e econômicos da escolha inadequada de local para a disposição final dos resíduos sólidos urbanos: o caso da cidade de Juiz de Fora**. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense.

ZANON, Uriel. (2000). As teorias das origens das doenças e a suposta periculosidade do lixo hospitalar. In: EIGENHEER, Emílio Maciel (Org.) **Lixo hospitalar: ficção legal ou realidade sanitária?** Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro.